

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCES Nº 2024/000084

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: FABIANO RIBEIRO PIMENTEL

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS SEM REGISTRO NO CRC. AUSÊNCIA DE DEFESA. RECURSO VOLUNTÁRIO. INFRAÇÃO CONFIGURADA. PENALIDADE DE MULTA. MANUTENÇÃO. 1. EMPRESA AUTUADA POR EXPLORAR ATIVIDADES CONTÁBEIS SOB A FORMA DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL, SEM PROMOVER O DEVIDO REGISTRO JUNTO AO CRCES, EM AFRONTA AO ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, À LEI Nº 6.839/80 E AO ART. 1º DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023. 2. REVELIA NA FASE DE DEFESA ADMINISTRATIVA, COM POSTERIOR INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VOLUNTÁRIO, NO QUAL O RECORRENTE ALEGOU ALTERAÇÕES CONTRATUAIS PARA EXCLUSÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS E PLEITEOU ISENÇÃO DE REGISTRO EM RAZÃO DE POSSUIR INSCRIÇÃO COMO PESSOA FÍSICA NO CONSELHO. 3. ANÁLISE DO MÉRITO REVELA QUE O OBJETO SOCIAL DA EMPRESA INCLUÍA ATIVIDADES CONTÁBEIS, SENDO OBRIGATÓRIA A INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. 4. A AUSÊNCIA DE REGISTRO CARACTERIZA INFRAÇÃO DISCIPLINAR, SUJEITANDO A EMPRESA À PENALIDADE PREVISTA NO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, EM CONSONÂNCIA COM OS ARTS. 56 E 57 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020 E COM A SÚMULA CFC Nº 6/1984. 5. RECURSO VOLUNTÁRIO IMPROVIDO, COM MANUTENÇÃO DA PENALIDADE ORIGINARIAMENTE FIXADA.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 1.126,00 (UM MIL, CENTO E VINTE E SEIS REAIS)**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.709/2023. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 440ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.